

Balancos patrimoniais Em 31 dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	Balancos patrimoniais Em 31 dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)		Passivo e patrimônio líquido		
		2017	2016	Nota explicativa	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.766.793	11.221.163	Fornecedores	9	632.970
Clientes	4	1.073.069	883.050	Contas a Pagar	10	27.219
Recursos a receber	5	30.155	2.370.327	Obrigações trabalhistas	11	596.973
Adiantamentos diversos	6	1.033.264	767.006	Obrigações tributárias	12	76.733
Outros créditos		11.936	9.961	Adiantamentos de clientes		-
		<b>8.915.217</b>	<b>15.251.507</b>	Convênios	13	25.922.976
						<b>27.256.871</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Imobilizado	7	27.871.298	25.530.333	Parcelamento ISS	12	49.344
		<b>27.871.298</b>	<b>25.530.333</b>	Provisão para contingências	14	-
						<b>49.344</b>
				Compensações passivas		
Compensações ativas				Compensações relacionadas a contratos	8	2.125.515
Compensações relacionadas a contratos	8	2.125.515	13.125.676			<b>13.125.676</b>
		<b>2.125.515</b>	<b>13.125.676</b>	Patrimônio líquido		
				Superávits acumulados	15	9.472.987
						<b>9.472.987</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>38.912.030</b>	<b>53.907.151</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>38.912.030</b>
						<b>53.907.151</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado Em 31 dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Receitas de subvenções	16	14.373.005	19.535.132
Contribuições associativas	17	5.140.775	5.124.672
Cessão de espaço	18	488.071	202.735
Prestação de serviços	19	209.111	44.509
Parcerias		-	10.120
Doações/patrocínios		71.468	4.000
Cursos/Treinamentos		2.380	-
(-) Impostos		(13.919)	(5.166)
Receita líquida		<b>20.270.891</b>	<b>24.916.002</b>
Despesas da atividade			
Despesas gerais e administrativas	20	(20.700.174)	(23.411.505)
Despesas tributárias		(97.375)	(57.966)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas		122.076	264.038
Provisão para perdas no recebimento de créditos e contingências		8.033	(341.235)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		(396.549)	1.369.334
Despesas financeiras		(88.143)	(111.680)
Receitas financeiras		492.005	557.321
(=) Resultado financeiro líquido		<b>403.862</b>	<b>445.641</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>7.313</b>	<b>1.814.975</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente Em 31 dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	7.313	1.814.975
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>7.313</b>	<b>1.814.975</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio social (Em Reais)

	Superávit acumulado	Ajuste de exercícios anteriores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.823.563	(64.368)	6.759.195
Absorção de ajustes de exercícios anteriores	(64.368)	64.368	-
Superávit do exercício	1.814.975	-	1.814.975
Superávits acumulados incorporados do CECOMPI	1.581.627	-	1.581.627
Superávit do período CECOMPI	(682.810)	-	(682.810)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.472.987	-	9.472.987
Superávit do exercício	7.313	-	7.313
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.480.300	-	9.480.300

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

**1 Contexto operacional**  
A Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos constituída em 17 de julho de 2007, é uma associação civil sem fins lucrativos política-partidária ou religiosa, com Sede em São José dos Campos, tendo iniciado suas atividades em maio de 2009. Em março de 2016 incorporou a associação Centro para Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista - CECOMPI ampliando o escopo de suas atividades. Sendo utilizado para incorporação o laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis, com data de 31/03/2016. A Associação foi constituída com a finalidade de promover a pesquisa, a ciência, a tecnologia, a inovação tecnológica e o empreendedorismo, visando ao desenvolvimento competitivo e sustentável, apoiando as atividades empresariais intensivas em conhecimento, sempre em benefício da coletividade, tendo por objetivos prioritários:  
I. Contribuir para a criação, manutenção e desenvolvimento de um parque tecnológico no Município de São José dos Campos, e em outros locais onde possa contribuir para a implantação de ambientes destinados à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, inclusive mediante as articulações e realização de todos os empreendimentos necessários a esse fim, até mesmo participar da regulação daqueles de caráter imobiliário;  
II. Desenvolver a cultura e a competitividade através de processo contínuo de inovação tecnológica e do empreendedorismo;  
III. Estimular o surgimento, o desenvolvimento, a competitividade e o aumento da produtividade de Empresas com atividades fundadas no conhecimento e na inovação tecnológica;  
IV. Promover parcerias entre instituições públicas e privadas envolvidas com a pesquisa científica, a inovação tecnológica inerente aos serviços e à infraestrutura tecnológica de apoio à inovação, intensificando a cooperação de instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento com o sistema produtivo, contribuindo para acelerar o processo de inovação tecnológica;  
V. Incentivar a interação e a sinergia entre empresas, instituições de pesquisa, universidades, instituições prestadoras de serviços ou de suporte às atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica;  
VI. Propiciar o desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental do município de São José dos Campos e das regiões onde atua, por meio da atração de investimento em atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica, contribuindo para a geração de trabalho, emprego e renda;  
VII. Executar e orientar a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológicos, do plano estratégico de desenvolvimento do sistema regional de inovação tecnológica e da economia relacionados às regiões de sua atuação;  
VIII. Incentivar o empreendedorismo público e privado nas áreas de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológicos, inclusive por meio de participação em consórcios ou sociedades, apoio à gestão e a outros aspectos do negócio no Brasil, bem como as Normas do Conselho Federal de Contabilidade que trata dos aspectos contábeis das entidades sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).  
Base para a elaboração  
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, revogando as Resoluções do CFC nº 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros.  
2.2. Principais práticas contábeis adotadas  
As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:  
2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa  
Caixa e equivalentes de caixa incluem moeda em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.  
2.2.2 Contas a receber  
As contas a receber de associados são avaliadas pelo montante original dos serviços prestados. A Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída conforme avaliação do histórico do cliente, situação financeira e posição dos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos.  
2.2.3 Demais ativos circulantes  
Os demais ativos circulantes são apresentados aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.  
2.2.4 Imobilizado  
Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são

incorridos.  
2.2.5 Passivo circulante e não circulante  
Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.  
As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados.  
2.2.6 Reconhecimento da receita  
As receitas decorrentes de serviços de gestão são apropriadas ao resultado em função de sua prestação que geralmente ocorrem mensalmente e são compatíveis com os gastos mensais incorridos pela Associação Parque Tecnológico. Essas receitas originam-se de contratos e convênios pactuados com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, SDECT/SP, Secretária de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Agência de Promoção de Exposições do Brasil (APEX) e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).  
Nesse contexto, essas receitas, bem como as receitas decorrentes da taxa mensal de associação e cessão de espaço, são apropriadas pelo regime de competência. Os gastos correspondentes ao projeto e às demais despesas são apropriados pelo regime de competência.  
3. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	9.719	12.163
Banco conta movimento	-	-
Banco Itaú	108.607	223.014
Banco do Brasil	-	2.971
Banco Santander	11.858	7.10
	<b>120.466</b>	<b>226.695</b>
Aplicação financeira		
Banco Itaú	2.436.570	1.204.236
Banco Santander	745.712	2.334.985
Banco do Brasil	3.454.327	7.443.084
	<b>6.636.609</b>	<b>10.982.305</b>
	<b>6.766.793</b>	<b>11.221.163</b>

O grupo "caixa" é composto por disponibilidades em espécie de recursos próprios e moeda estrangeira proveniente do saldo de viagens internacionais.  
O grupo "Bancos conta movimento" é composto por recursos provenientes de:  
▪ Recursos próprios: compostos por recursos decorrentes da taxa mensal de associação, prestações de serviços e cessão de espaço - (Banco Santander e Banco Itaú);  
▪ Recursos de contrapartida: recursos próprios vinculados à operacionalidade do Convênio Finep - 3ª Expansão (Banco do Brasil) e do Contrato de Gestão com a PMSJC;  
▪ Recursos de convênios e contrato de gestão: composto por recursos necessários à operacionalidade dos projetos (Banco do Brasil).  
As aplicações financeiras estão representadas por cotas de fundo de renda fixa, valorizadas de acordo com o valor da cota nas datas do balanço patrimonial e possuem alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A taxa média de remunerações é de 0,7% a.m.  
Os rendimentos financeiros dos recursos de projetos são de direito do convênio correspondente.  
A redução significativa desse grupo de contas ocorreu devido, principalmente, a dois fatores:  
▪ O convênio em andamento com a Finep está em fase final, consumindo os recursos recebidos anteriormente para sua finalização;  
▪ A contrapartida financeira exigida no novo Contrato de Gestão firmado com a PMSJC em 21/05/2017.  
4 Clientes

	2017	2016
JTDH engenharia Ltda	139.864	96.532
Orbital Engenharia	111.609	111.609
Geo Pixel Geotecnologia	107.862	30
TPG Industria e comércio	105.642	105.642
Café do barão	74.332	55.101
Bios Industria e Com	65.502	35.994
Y-Tecnologia Montagens de Computadores	64.083	53.760
RSD Desenvolvimento e tecnologia	56.800	56.801
Aerobras Industria Aeronautica	49.605	17.192
CEMADEN - Centro Nacional de Monitor.	49.448	-
Instituto de pesquisas tecnológicas	39.654	46.028
NCB - Sistemas Embarcados Ltda.	29.489	21.688
Caio de Souza Corino	23.066	26.253
FEV America Latina Ltda.	20.740	11.862
AMX Comercio e Serviços	20.427	8.026
Siatt Engenharia	20.209	-
Real It Informatica	16.402	22.449
Atech - Negócios em Tecnologia	14.906	15.899
Fundação para Inovações Tecnológicas	14.141	13.505
Olearys Tecnologia e Ciência	12.980	12.020
Universidade Estadual Paulista	12.062	11.310
FT Sistema (MS Brasil Engenharia)	11.916	48.739
Inova - Consultoria e Informatica Ltda	-	115.025
Studio Marcelo Teixeira	-	19.591
Fermt Ciências Aplicadas	-	14.294
Outros	397.265	300.848
PECLD	(384.935)	(337.148)
	<b>1.073.069</b>	<b>883.050</b>

A rubrica "Clientes", registrada no valor de R\$ 1.073.069 em 2017 (R\$ 883.050 em 2016), é composta por valores a receber receitas de contribuição associativa.  
A rubrica "Outros", registrada no valor de R\$ 397.265 em 2017 (R\$ 300.848 em 2016), é composta por diversos clientes com saldos pulverizados.  
Em 2017 foi constituída as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) referente aos valores em aberto a mais de 12 meses de clientes que encerraram seus contratos com a APTSJC e, portanto, nossa assessoria jurídica considera remota a probabilidade de recuperação dos valores em aberto. Com isso o valor total de PECLD registrado no balanço totaliza R\$ 384.935 (R\$ 337.148 em 2016).  
5. Recursos a receber  
A rubrica "Recursos a receber", registrada no valor de R\$ 30.155 em 2017 (R\$ 2.370.327 em 2016), é composta por valores a receber referente às prestações de serviços diversos e cessão de espaço.  
A variação substancial em relação à 2016 refere-se à parcela do repasse financeiro do Contrato de Gestão com a PMSJC que representava o saldo remanescente de R\$ 2.369.848 previsto contratualmente a ser pago dentro do exercício de 2016 e que se realizou somente no ano de 2017.  
6 Adiantamentos diversos

	2017	2016
Rhode & Schwarz do Brasil	959.600	-
Atual Logística Ltda	6.770	593.666
Elevadores Atlas	-	71.850
Cianon Defence	-	39.392
Adiantamento a funcionários	34.000	38.000
Valebravo Editorial	-	8.000
Adiantamento Férias	30.002	6.441
Outros	2.892	9.657
	<b>1.033.264</b>	<b>767.006</b>

A rubrica "Adiantamentos diversos" registrada no valor de R\$ 1.033.264 em 2017 (R\$ 767.006 em 2016), é composta por valores pagos em 2017 referentes a despesas que ocorrerão em 2018.  
O valor mais expressivo da Rhode & Schwarz corresponde à antecipação de recursos prevista em contrato para aquisição do Sistema de Teste de EMI (emissão eletromagnética - radiada e conduzida), equipamento complementar à Câmara Anecóica adquirida em 2016 para um dos laboratórios da APTSJC. Este equipamento está sendo adquirido com recurso de contrapartida do Convênio Finep.

	Taxa média		Adições e Baixas	Depreciação	2017
	2016	2017			
Máquinas e equipamentos	10%	1.178.073	619.828	(60.232)	1.737.669
Móveis e utensílios	10%	368.244	65.111	(74.354)	359.001
Ferramentas e acessórios	10%	2.927	-	(452)	2.475
Imóveis e Edificações	4%	16.398.875	8.537.290	(723.953)	24.212.212
Benfitorias em imóveis de terceiros	4%	1.521.449	(239.160)	(115.811)	1.166.478
Equipamentos de TIC	20%	128.622	1.500	(34.115)	96.007
Instalações	10%	311.811	-	(63.720)	248.091
Software	10%	29.530	12.000	(13.255)	28.275
Biblioteca	10%	27.660	-	(6.570)	21.090
Bibliotecas em andamento		5.563.142	(5.563.142)		
(=) Imobilizado líquido		25.530.333	3.433.427	(1.092.462)	27.871.298

A rubrica "Imobilizado" registrada no valor líquido de R\$ 27.871.298 em 2017 (R\$ 25.530.333 em 2016), é composta por bens destinados a manutenção de suas atividades operacionais. Em observância ao Pronunciamento Contábil CPC 01 que trata da "Redução do valor recuperável dos ativos", a Associação revisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizados para avaliar eventos que indiquem perda do valor recuperável, no entanto, eles estão registrados ao seu valor recuperável. A rubrica "Imobilizações em andamento", registrada no valor de R\$ 0 em 2017 (R\$ 5.563.142 em 2016), refere-se à construção do Centro Empresarial IV, obra financiada pelo Convênio 01.12.0161.00 com a Finep que ficou pronta em 31/12/2017 e foi transferida para a rubrica "Imóveis e Edificações".

	2017	2016
Contrato de Gestão PMSJC	1.140.002	12.140.163
Finep - 3ª Expansão	985.513	985.513
	2.125.515	13.125.676

As rubricas de "Compensações ativas" e "Compensações passivas" representam os valores dos Convênios Públicos que ainda não foram contemplados no projeto, ou seja, são os recursos que constam em contrato que ainda não foram repassados pelo órgão público para a Associação.

	2017	2016
ETS-Lindgren Inc.	430.978	424.606
Geest Recursos Humanos	94.451	-
Engineering Simulation	48.044	-
Westcom Brasil Ltda	11.796	-
SKA Automação de Engenharia	11.670	-
Atena - Comércio	7.600	-
Cavazza Paisagismo Ltda	6.428	-
Micro Assist Informatica	3.383	3.703
Foccus Laser	3.095	-
CIS-ERP - Soluções Gerais	2.653	2.653
Uniodonto	539	788
Ericsson Telecomunicações S.A.	-	2.292.874
Innovo Tecnologia Ltda	-	99.848
Atual Vale Comercial	-	3.950
JPS Comercio e Serviços	-	2.062
Aerotex Extintores Ltda	-	1.926
Kanastiran Transportes	-	1.500
H2O Soluções em água	-	913
Outros	12.333	10.118
	632.970	2.844.941

A rubrica "Fornecedores", registrada no valor de R\$ 632.970 em 2017 (R\$ 2.844.941 em 2016), é composta por obrigações referentes a projetos. A redução do fornecedor "Ericsson" se deu com a finalização do contrato em andamento. O fornecedor ETS-Lindgren refere-se à importação de um equipamento cuja fatura foi emitida, entretanto o pagamento final ocorreu somente após a instalação do equipamento para operacionalização em janeiro/2018. Os demais valores referem-se a notas emitidas em dezembro de 2017 cujo pagamento será realizado em janeiro de 2018.

	2017	2016
Almeida, Porto & Associados	10.923	13.619
Fundo Especial de Despesas da PM	6.439	-
Genesis Marketing Direto	4.336	4.336
Seichonoe	3.920	-
Grupamento de infraestrutura	1.452	1.452
Michel Eiji Ikeda	-	3.130
Outros	149	-
	27.219	22.537

A rubrica "Contas a pagar", registrada no valor de R\$ 27.219 em 2017 (R\$ 22.537 em 2016), é composta pelos fornecedores de atividades secundárias e engloba os recursos antecipados por clientes.

	2017	2016
Provisão de férias	433.435	554.053
INSS a recolher	100.606	97.557
IRRF a recolher	40.594	71.297
FGTS a pagar	17.591	34.694
Outros	4.747	4.420
	596.973	767.071

A rubrica "Obrigações trabalhistas", registrada no valor de R\$ 596.973 em 2017 (R\$ 767.071 em 2016), é composta por encargos sociais e provisão de férias. A redução da Rubrica "Provisão de férias" ocorreu devido à redução no número total de funcionários da Associação, sendo 48 em 2016 e 40 em 2017.

	2017	2016
INSS a pagar	28.471	24.841
INSS a recolher	3.534	39.472
ISS retido	9.600	8.195
CSFR 4,65 a pagar	22.529	157.264
Parcelamento ISS	61.943	74.542
	126.077	304.314
Curto Prazo	76.733	242.371
Longo Prazo	49.344	61.943

A rubrica "Obrigações tributárias", registrada no valor de R\$ 126.077 em 2017 (R\$ 304.314 em 2016), é composta por impostos decorrentes de sua operação. A redução das rubricas "CSFR 4,65 a pagar" e "IRRF a recolher" ocorreu devido ao pagamento dos encargos em aberto em 2016 referente às cobranças do fornecedor Ericsson. O parcelamento ISS no montante de R\$ 61.943 em 2017 (R\$ 74.542 em 2016), é composta pelo valor a ser pago referente à dívida do ISS assumida na incorporação do Decompi 13. Convênios

	2017	2016
Convênio 3ª Expansão - FINEP	11.820.137	10.921.141
Convênio CE-II - FINEP	6.157.961	6.442.840
Convênio CE-II - SDECT/SP	5.261.635	5.505.177
Contrato de Gestão PMSJC	2.509.837	4.265.155
Convênio ABDI	-	109.358
Convênio Apex	172.893	49.656
Convênio Cluster - FINEP	513	1.360
Convênio SEBRAE/Cerne	-	204
	25.922.976	27.294.891

Esta rubrica atende os requisitos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais que pronuncia que "Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo". A contrapartida do lançamento dos recursos governamentais já recebidos para aplicação nos projetos, e cujas receitas/despesas ainda não foram reconhecidas no resultado do são realizadas nesta rubrica. A rubrica "Convênio 3ª Expansão - Finep", refere-se aos valores recebidos para o projeto e que ainda não foram gastos, ou cujos gastos estão no Ativo Imobilizado e só serão reconhecidos no resultado quando da sua depreciação. Cabe ressaltar que do valor total de R\$ 25.922.976 apresentados em 2017 (R\$ 27.294.891 em 2016), o valor de R\$ 11.420.109 refere-se a convênios e contratos que já foram encerrados e aprovados pelos órgãos competentes e portanto não representam uma "dívida" da APTSJC. De acordo com as regras contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, o passivo circulante será realizado em decorrência da depreciação ou alienação.

14. Provisão para contingências  
A rubrica "Provisão para contingências" registrada no valor de R\$ 0 em 2017 (R\$ 80.000 em 2016) era composta por uma ação em andamento questionada trabalhista que se encerrou em 2017. A Associação no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Associação apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência. As demais ações relevantes decorrentes do curso normal das suas operações envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais não caracterizam risco de perda possível ou provável.

	2017	2016
Superávit acumulados	9.472.987	9.472.987

O superávit apurado é incorporado ao patrimônio líquido. Os recursos financeiros temporariamente disponíveis são aplicados de modo a preservar a segurança dos investimentos e a manutenção do valor real das disponibilidades financeiras. Considerando a natureza da Associação, não são distribuídos lucros, bonificações ou vantagens aos integrantes dos órgãos diretores, mantenedores ou associados, sob qualquer forma ou pretexto.

	2017	2016
16. Receitas de subvenções		
Contrato de Gestão PMSJC	12.897.699	17.820.030
Convênio APEX	463.462	786.866
Convênio ABDI	374.120	359.079
Convênio CE-II - FINEP	285.030	285.030
Convênio CE-II - SDECT/SP	243.543	243.543
Convênio 3ª Expansão - FINEP	108.100	7.618
Convênio Cluster - FINEP	846	1.723
Convênio Sebrae/Cerne	205	31.243
	14.373.005	19.535.134

A rubrica "Receitas de subvenções", registrada no valor de R\$ 14.373.005 em 2017 (R\$ 19.535.132 em 2016), refere-se às receitas reconhecidas, conforme despesas incorridas dos contratos de subvenções. Ainda conforme o CPC 07, "a receita de subvenção deve ser reconhecida em confronto com as despesas correspondentes" e não conforme o recebimento financeiro das mesmas. No caso de investimentos em ativos com recursos de subvenções, o reconhecimento da receita só ocorre conforme a depreciação destes.

17. Contribuições associativas  
A rubrica "Contribuições associativas", registrada no valor de R\$ 5.140.775 em 2017 (R\$ 5.124.672 em 2016), refere-se às receitas auferidas junto aos residentes instalados nas dependências do Parque Tecnológico, sendo cobradas contribuições em contrapartida à utilização do espaço, bem como receitas auferidas das associações institucionais da APTSJC e dos APLs (grupo de empresas voltadas para o arranjo produtivo local de um determinado segmento) Aeroespacial e de Tecnologia da Informação.

18. Cessão de espaços  
As receitas com cessão de espaços no valor de R\$ 488.071 em 2017 (R\$ 202.735 em 2016) referem-se aos espaços disponíveis para realização de eventos, bem como as vendas de espaços para parceiros nas feiras nacionais e internacionais em que a APTSJC participa e organiza. Este aumento de 140% em relação à 2016 ocorreu devido aos esforços para vendas a partir da reestruturação do setor de eventos.

19. Prestação de serviços  
A receita de prestação de serviços no valor de R\$ 209.111 em 2017 (R\$ 44.509 em 2016) é referente ao aumento na prestação de serviços de utilização dos laboratórios que foram instalados no ano de 2016, bem como referente às atividades do Escritório de Negócios.

	2017	2016
13º salário	(343.084)	(249.094)
Assessoria jurídica	(6.000)	(79.000)
Associações e classes	(3.119)	(9.793)
Benefícios e outros gastos com pessoal	(1.364.637)	(911.716)
Café/almoço/jantar/lanche (Eventos e recepção de visitantes)	(57.007)	(37.803)
Comunicação e marketing	(464.140)	(340.285)
Consultorias pessoas jurídicas	(6.553.485)	(11.151.967)
Contábeis PJ	(151.854)	(141.320)
Depreciações e Amortizações	(1.092.462)	(1.076.153)
Despesas com anúncios	(25.674)	(12.893)
Despesas com cartões, impostos, taxas e emolumentos	(15.035)	(17.432)
Despesas com eventos (feiras nacionais e internacionais)	(893.348)	(812.453)
Despesas com transporte	(110.745)	(57.653)
Despesas com viagens	(189.523)	(300.762)
Férias	(324.541)	(441.046)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Associados da Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos - São José dos Campos - SP - Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil Base para opinião com ressalva - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis" no nosso relatório. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Imobilizado - Laudo de avaliação de vida útil Em 31 de dezembro de 2017, a Associação mantém registrado na rubrica "Imobilizado" o valor de R\$ 27.871.298, conforme Nota Explicativa nº 07, referente a bens destinados a sua atividade operacional. A Empresa realizou a depreciação dos ativos conforme taxas definidas pelo regulamento do imposto de renda. No entanto, conforme definido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, a depreciação deve ser revisada anualmente de acordo com a vida útil econômica estimada do bem. Em virtude da falta do laudo de avaliação de vida útil dos bens para o exercício de 2017, não foi possível assegurarmos a razoabilidade dos saldos de depreciação registrados no ativo, bem como seus reflexos no resultado. Inerteza relevante relacionada com a continuidade operacional Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 25 às demonstrações contábeis, que descreve as medidas para renovação de contratos essenciais para a entidade. Enquanto a Entidade não possui confirmação formal das renovações a continuidade dos projetos pode ser afetada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outros assuntos - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentado para fins de comparação foram conduzidos sob nossa responsabilidade, para as quais foi emitido relatório datado em 03 de fevereiro de 2017 que não contém modificações. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos cuidado profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação das informações. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São José dos Campos, 28 de fevereiro de 2018.

	2017	2016
FGTS	(539.654)	(278.637)
Gastos com correspondências	(24.564)	(23.773)
Gastos com informática	(370.753)	(322.785)
Gastos com móveis e utensílios de pequeno valor	(6.028)	(13.640)
INSS	(919.093)	(784.337)
Limpeza e Conservação	(1.836.950)	(1.576.319)
Manutenção Predial e Instalações	(481.509)	(505.322)
Materiais de Consumo	(20.639)	(20.061)
Outras despesas	(9.270)	(15.243)
Papelaria e suprimentos	(33.997)	(25.802)
PIS sobre folha de pagamento	(40.022)	(33.381)
Salários e ordenados	(3.025.308)	(2.702.477)
Segurança patrimonial	(1.242.961)	(1.082.558)
Seguros	(48.296)	(30.713)
Serviços prestados pessoa jurídica	(251.348)	(105.803)
Serviços Terceiros PF	(73.112)	(42.376)
Telefone e Internet	(180.274)	(199.063)
Treinamento	(1.740)	(9.845)
	70.001.174	23.411.505

A rubrica "Despesas gerais e administrativas", registrada no valor de R\$ 20.700.174 em 2017 (R\$ 23.411.505 em 2016), refere-se a despesas incorridas para a operação. Com o término das atividades do Projeto Cidade Inteligente do CDTIC (Centro de Desenvolvimento de Tecnologia de Informação e Comunicação) em maio de 2017, houve uma representativa redução nos dispêndios com "Consultoria pessoas jurídicas" em comparação com o ano anterior.

21. Trabalho voluntário  
A Associação no desenvolvimento de suas atividades recebe prestação de serviços oferecidos por pessoas físicas. Em atendimento à Resolução nº 1.409/12 a Associação avalia os valores envolvidos e conclui que não são relevantes, motivo pelo qual não apresenta os valores de receitas, despesas e custos relativos aos trabalhos voluntários recebidos.

22. Cobertura de seguros (Não auditado)  
A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

23. Instrumentos financeiros  
Os valores de ativo e passivo, entre os quais os indicados como aplicações financeiras, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de realização. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

24. Tributos incidentes sobre as atividades  
A Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos é uma Associação sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Associação, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras - isenta, sendo fornecida declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Associação sem fins lucrativos; (c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - isenta, sobre as receitas de suas atividades descurtas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - (COFINS) isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social. Com relação à COFINS, a Medida Provisória nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispõe que para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/97, todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições e doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeitas à COFINS as receitas decorrentes de vendas, cessão de espaços e outras, bem como os rendimentos de aplicações financeiras.

25. Eventos subsequentes  
Em maio de 2018 encerra-se o Contrato de Gestão atual que a APTSJC tem com a PMSJC, porém a APTSJC está em negociação para fechar o aditivo que prorroga este contrato. O contrato com a Finep referente à 3ª expansão teve seu prazo de término prorrogado para 2019.

26. Informações adicionais  
Apresentamos, a seguir, os 3 principais índices de análise econômico-financeira da Associação:

- Índice Geral de Liquidez = 0,33
  - Índice de Liquidez Corrente = 0,33
  - Grau de endividamento Geral = 0,70
- Conforme mencionado na nota explicativa "13. Convênios" a APTSJC é obrigada a manter em seu passivo circulante recursos que não correspondem a obrigações a serem cumpridas com outras entidades, e sim recursos recebidos a título de subvenção econômica, cujas obrigações ou já foram cumpridas e aprovadas pelos órgãos responsáveis, ou cujos projetos estejam em andamento e seus recursos tenham sido aplicados em ativo imobilizado. Há casos de projetos já encerrados e aprovados pelos órgãos responsáveis, que atualmente somam R\$ 11.420.109, que estão em processo de transferência de sua propriedade para os órgãos responsáveis. Já os projetos que ainda estão em andamento, até podem se tornar obrigações financeiras futuras no caso de uma reprovação na prestação de contas desses projetos, entretanto só permaneceram no passivo os recursos aplicados em ativo permanente que são baixados por depreciação independente da finalização do projeto, os projetos em andamento cujos recursos são aplicados em despesas operacionais são baixados do passivo conforme realização da despesa, independente da aprovação do mesmo. Ou seja, também devem ser isolados da análise dos índices todos os recursos de projetos em andamento cuja aplicação se deu em ativo imobilizado, o que atualmente soma R\$10.182.134.

A somatória desse montante atualmente corresponde ao valor de R\$ 21.602.243. Sendo assim, se isolarmos esses valores do total do passivo circulante atual os índices de análise econômico-financeira da APTSJC ficarão da seguinte forma:

- Índice Geral de Liquidez = 1,56
- Índice de Liquidez Corrente = 1,58
- Grau de endividamento Geral = 0,14

PARECER  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 09 de março de 2018, por ocasião da 33ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração da ASSOCIAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou a prestação de contas da entidade, acompanhada do parecer favorável da Auditoria Independente, além do relatório de atividades, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo sido aprovados todos eles, por UNANIMIDADE, conforme constou da respectiva ata.

São José dos Campos, 09 de março de 2018.  
JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO  
PRESIDENTE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

